

O índio: predador ou preservador?

ABEL O. SILVA (KANAU)

O índio da Amazônia e, mais especificamente, da Amazônia Ocidental, é o índio que trocou, no final do século passado e início deste, o colorido das penas pelos costumes do colonizador que se dizia civilizado. Trocou a flecha pela espingarda e a fitoterapia pelos antibióticos. Basta vermos de perto para sentirmos que ele saiu perdendo nessa troca.

O que nos interessa agora é uma análise de como o índio se relaciona com o nicho ecológico onde vive. Não só sob o ponto de vista da preservação da ecologia, como também sob o ponto de vista político.

O potencial de subsistência da Amazônia, frágil e complexo, precisa ser entendido, antes de entrarmos no sistema de agricultura indígena.

1 - O solo da Amazônia data de algumas dezenas de milhões de anos, isto é, da era terciária. Esses solos consistem, basicamente, de areia e argila e são entre moderada a extremamente ácidos. Em termos de alimentos nutritivos de plantas, as deficiências são tão grandes que solos de igual composição seriam considerados áridos em clima temperado.

2 - A temperatura afeta diversos processos biológicos e químicos decisivos para a manutenção da fertilidade do solo. Por exemplo: 25°C é a temperatura adequada para a formação do húmus que é de vital importância para as plantas na base da floresta. A acumulação do húmus só se processa quando a tempera-

tura do solo permanece abaixo de 25°C. Se a temperatura aumenta, provoca a decomposição do húmus em dióxido de carbono, nitrogênio, amônia e nitrato. Esses elementos, por serem voláteis, escapam no ar.

3 - As chuvas atuam tanto na superfície do solo, pela erosão, quanto na sua composição interna, pela lixiviação. Crescendo a evasão das águas, aumenta a erosão.

A copa das árvores tem como função principal a captação de nutrientes, seu armazenamento e a proteção do solo contra a erosão e a insolação. Assim 25% da precipitação diária são retidos pelas folhas dessa abóbada de folhagens. O restante atinge o solo em forma de gotículas quentes. Esse salpico fino já contém 75% do potássio, 40%

do magnésio e 25% do fósforo disponíveis para as plantas na base da floresta.

O solo pobre é fortalecido quando a cobertura vegetal morre e volta ao solo como matéria inorgânica para a fabricação de húmus. Betty Meggers, em seu livro **Amazônia: a ilusão de um paraíso**, cita uma experiência feita em uma encosta arborizada, com um declive de 12 a 15%, onde, em um período de três anos, com uma precipitação pluviométrica de 2.125 mm, a chuva remove menos de uma tonelada de solo por hectare. Essa mesma quantidade de chuva, numa encosta deflorestada, com metade desse declive, removeria 45 toneladas de solo, num período menor.

Em outras palavras; sem a cobertura vegetal, toda a ter-

ra firme se tornaria rapidamente lixiviada e logo seria varrida pelas águas.

Vejam, então, o que ocorre, no caso de uma derrubada total. Quando toda a vegetação é destruída, o solo fica exposto à força total do clima. A chuva, ao cair, endurece a superfície do terreno, diminuindo sua permeabilidade. Quando diminui a absorção, o escoamento aumenta, acentuando a erosão.

No intervalo das pancadas d'água, a insolação eleva a temperatura do solo, impedindo a acumulação do húmus. Sem o húmus, a terra não retém a água e os minerais são arrastados para o subsolo, longe do alcance das plantas em germinação. Os raios solares, incidindo diretamente no solo, transformam o nitrogênio e o dióxido

de carbono em gás e fazem com que eles desapareçam no ar. Isso favorece a formação da laterita, que destrói totalmente o solo. Uma vez formada a laterita, o processo é irreversível.

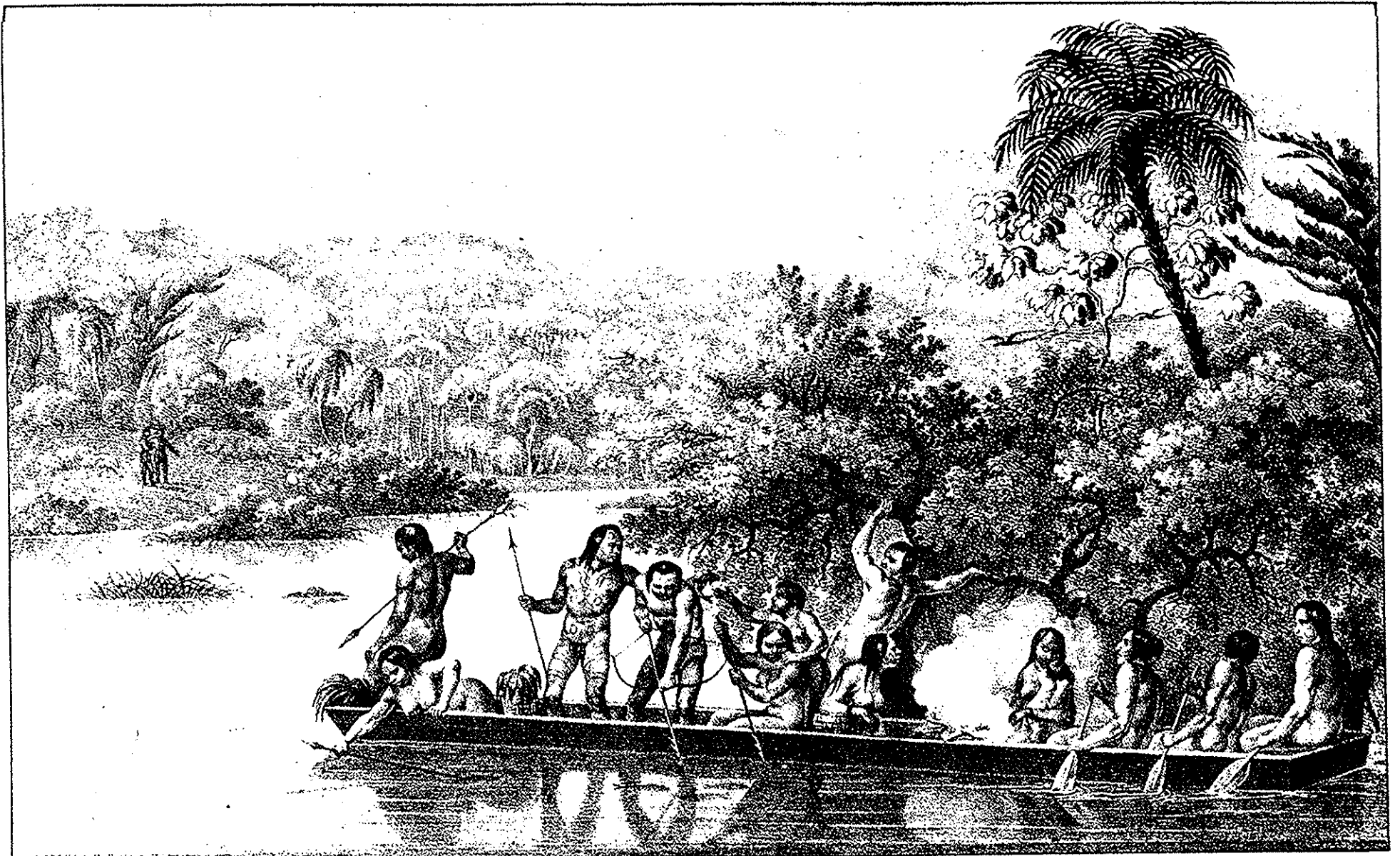
A adição de um fertilizante, quer orgânico, quer inorgânico, é totalmente inviável, devido à rápida volatilização que ocorre sob o efeito dos raios solares.

A luta do homem primitivo pela sobrevivência no ecossistema amazônico fez com que, durante milhões de anos, ele desenvolvesse técnicas variadas para retirar do seu habitat tudo de que necessitava, desde a indumentária até os instrumentos de trabalho.

Os povos indígenas estão marcados por duas épocas: o pré-contato e o pós-contato. O contato com a civilização ocidental marcou a entrada do índio na era do metal. Brutal essa entrada, porque não houve aí nenhuma evolução da idade da pedra para a do metal. O machado lhe foi jogado nas mãos junto com um monte de miçangas, espelhos e outras quinquilharias. A introdução do machado modificou sensivelmente o método do índio se relacionar com a terra, mas não alterou, na maioria dos grupos indígenas, a sua economia de subsistência.

Vamos analisar aqui o método de derrubada do povo **Kulina**, antes e depois do contato, para termos uma visão mais clara do relacionamento

(Continua à pag. 6)



dele com o seu meio ambiente.

O MÉTODO DO DESGALHAMENTO

1ª etapa: a broca — Uma vez escolhido o terreno, geralmente em lugar alto e suficientemente livre das alagações do período chuvoso, o **Kulina**, munido de um instrumento feito do colmo da pupunheira brava, à guisa de borduna, pisava todo o mato rasteiro, usando o machado de sílex para cortar os arbustos de pequeno porte.

2ª etapa: a derrubada — Com a vegetação rasteira eliminada, tinha início a derrubada, método no qual o homem, munido de peconha, subia na árvore com uma longa vara com a extremidade voltada para baixo, em forma de gancho, enroscava nos galhos menores da árvore, quebrava e jogava ao solo até desprover toda a árvore de folhas. Uma vez no solo, os galhos eram cortados com o machado de sílex e empilhados ao redor da árvore.

3ª etapa: a queimada — No final do verão, tanto os galhos quanto a árvore desprovida de folhas se encontravam secos e eram então incinerados.

4ª etapa: a colvara — Depois da primeira queimada, os galhos que não foram totalmente queimados eram empilhados e sofriam uma segunda queima. Depois de removidos do solo todas as raízes e os galhos, o terreno estava pronto para o plantio.

Com a introdução do machado de metal, no final do século passado e início deste, a agricultura kulina sofreu uma sensível modificação.

A derrubada hoje consiste em tomar uma grande árvore como marco e dar alguns cortes em todas as outras de menor tamanho, num raio de aproximadamente 50 metros. A árvore-marco, ao ser cortada, leva em sua queda todas as outras semicortadas.

Dessa forma, 12 homens, trabalhando seis horas diárias, em quinze dias derrubam uma extensão de mato capaz de alimentar uma aldeia de 60 pessoas, durante um ano.

AGRICULTURA ITINERANTE

A primeira derrubada é feita ao redor da aldeia. No ano seguinte um novo roçado é feito em outro local e, no local do roçado anterior, a mata entra em recuperação.

A cada ano, um novo roçado é feito. Como a várzea, onde habitam a maioria das populações indígenas, é carente de terras altas e livres de alagações, o quarto roçado já estará excessivamente longe da aldeia, bem como a área de caça e pesca se encontrará esgotada.

Se no primeiro ano um caçador gastava no máximo quatro horas para retornar à aldeia com caça, no quarto ano ele gastará um dia todo nessa tarefa, correndo ainda o risco de uma caçada infrutífera.

Então, a aldeia é mudada quando a área de caça e pesca ou a provisão dos roçados estão ameaçados e o grupo precisa ser desmembrado.

Um outro método usado frequentemente pelos bandos kulina dispersos ao longo dos médios rios Envira, Juruá e Purus, consiste em fazer vários roçados em áreas distantes dois a três dias um do outro, em períodos de três a quatro meses de diferença de plantio, mudando-se constantemente no período das colheitas. Esse método exige do grupo uma constante itinerância.

A agricultura itinerante é, sem dúvida alguma, a única forma capaz de garantir a sobrevivência na Amazônia sem causar danos irrecuperáveis ao ecossistema. E vem daí a necessidade que têm os grupos indígenas de um espaço maior para sobreviverem, mantendo a sua cultura.

As pessoas mais diretamente ligadas ao indigenismo são constantemente abordadas com a seguinte questão: por que os índios, que são tão poucos e possuem uma economia apenas de subsistência, necessitam de "tantos" hectares de terra?

Essa necessidade de um maior espaço vital não está no privilégio de ele ser índio, mas sim na forma com que ele se relaciona com a terra, maneira essa que o distingue da forma como o pequeno agricultor se relaciona, da forma como o fazendeiro se relaciona etc.

Nessa mesma linha de pensamento, poderíamos perguntar o que dizer dos grandes latifúndios nas mãos de uma minoria.

Sedentarizar os povos indígenas, que já foram tão espoliados, em pequenos pedaços de terra onde estarão fadados a desaparecer física e culturalmente, para favorecer as grandes empresas agropecuárias, de mineração e especulação imobiliária, é jogar o índio para as periferias das cidades, onde ele inevitavelmente desaparecerá.

Essas aparentemente "grandes extensões de terra" que os grupos indígenas ocupam, só existem nos documentos de gabinetes. Porque, na prática, elas não são respeitadas. Estão todas invadidas por fazendas e seringais, que ameaçam a integridade desses povos, levando doença, exploração da mão-de-obra indígena e até a prostituição. Problemas estes que estão levando com uma rapidez assustadora os povos indígenas ao extermínio.

A verdade é que o índio nunca é levado em consideração quando se pretende instalar projetos econômicos ou promover a abertura de rodovias.

A prova está aí: estrada AC-90, a futura Transacrea, rasgará pelo menos seis áreas indígenas. E isso levará inexoravelmente esses índios à extinção.

Abel O. Silva (para os índios Kanaú) trabalhou seis anos como voluntário da Opan — Operação Anchieta. Ultimamente entre os Kulina, no Acre, atuou na área de educação e fez estudos de língua e mitologia.



Kulina: além de toda a exploração de seringalistas e marreteiros, agora ameaçados pela estrada

Transacrea: novo caminho da morte

Uma nova e mirabolante aventura rodoviária, que pode repetir o fiasco da Transamazônica, está tendo início no Acre. Trata-se da Transacrea (AC-090), cujo traçado, ligando a capital, Rio Branco, à segunda maior cidade, Cruzeiro do Sul, não passa por dentro de nenhuma outra sede municipal. Em contrapartida, atingirá seis ou sete áreas indígenas — três das quais serão partidas ao meio — vale dizer, destruídas.

Além disso, já existe uma outra estrada — o prolongamento da BR-364 — ligando Rio Branco a Cruzeiro do Sul. No seu traçado, estão as cidades de Sena Madureira, Manoel Urbano, Feijó e Tarauacá. Essa estrada não está sequer concluída. Por enquanto, estão abertos apenas os trechos Rio Branco-Manuel Urbano e Feijó-Tarauacá; o resto é apenas projeto, no mapa (ou, com boa vontade, picada, na mata). Mesmo os trechos já abertos, só são trafegáveis dois ou três meses por ano.

Por que, então, não se conclui e se mantém trafegável a BR-364 (cujo trecho principal, aliás, entre Cuiabá-Porto Velho, está em fase final de asfaltamento), ao invés de se iniciar a AC-90? O mistério não é tão complicado: tem de haver nessa história, é claro, o favorecimento de algum interesse particular. No caso, o principal beneficiado é o Grupo Coperçucar, do sr. Wolnei Atalla, que já teve, no passado, outros "negócios especiais" em suas relações com o Governo. No Acre, a Coperçucar tem a Fazenda Califórnia, que, diz-se, abrirá falência, em um ano, caso não pos-

sa contar com uma estrada (no caso, a AC-090) para escoar sua produção.

Pouco importa que, na rota da estrada, estejam três áreas indígenas: Alto Purus (Kulina e Kaxinauá), Nova Olinda e Rio Humaitá (ambas dos Kaxinauá). Importa menos ainda, que sejam também atingidos os Kulina do Igarapé do Anjo e do rio Envira; os Yauanawa, do rio Gregório; e os Jaminawa, no município de Tarauacá. Estes grupos não terão as áreas cortadas pela estrada, que, todavia, ficará bastante próxima — favorecendo as invasões e o ingresso de doenças, álcool, prostituição.

ALTO PURUS

A nova estrada vai piorar a relação dos Kulina e Kaxinauá com a sociedade envolvente. A violência sempre marcou essa relação. Ainda hoje os índios lembram os terríveis "correrias" — massacres ordenados pelos seringalistas e executados por jagunços que, em questão de horas, eram capazes de arrasar aldeias inteiras, com o único objetivo de "limpar" a área para o patrão explorar o seringal dos índios.

O massacre, agora, não mais é aberto. Índios — e também sertanejos — são "apenas" escravizados pelos seringalistas e explorados pelos marreteiros, na extração da borracha. Esta é comprada aos seringueiros (índios ou sertanejos) abaixo da tabela oficial da Sudhevea; mas as mercadorias lhes são vendidas pelo triplo do preço da cidade. Como se isso não bastasse, vende-se cachaça à vontade para os índios.

Nos últimos dez anos, os

Kulina e os Kaxinauá têm resistido. Para superar a exploração dos seringalistas e dos marreteiros, formaram uma cooperativa de produção de borracha. E conseguiram que a Funai lhes delimitasse, em janeiro do ano passado, um território único, contínuo, de 265 mil hectares. Fizeram por conta própria a demarcação, e agora reivindicam que ela seja oficializada imediatamente, para conter as investidas que virão, seguramente, com a abertura da rodovia. Não aceitam retalhamento ou redução da reserva, e estão se organizando para sepultar a proposta do secretário dos Transportes do Acre, Rubem Branquinho, de concentrar todos os índios da região numa única área.

A estrada está avançando: 70 quilômetros já estão prontos. Dom Moacyr Grechi, bispo da Prelazia do Acre-Purus, o Cimi Regional e a Pastoral Indígenista da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil manifestaram, em nota à imprensa, o mês passado, seu repúdio contra esse projeto que só visa a atender aos interesses de grupos econômicos vindos de fora, em detrimento das aspirações e das necessidades do povo acreano. "O que espanta nesse projeto — diz a nota — é o completo desrespeito para com os direitos dos indígenas, primeiros habitantes destas matas. Não se tem questionado com a devida urgência e força a quem este suposto "progresso" vai de fato beneficiar. A experiência histórica, no Brasil, e na Amazônia, em particular, tem mostrado que os prejudicados sempre são os já diminutos povos indígenas".